



Serviço Público Federal  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

### LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1284/2015

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**, nomeado pela Portaria nº 173-MMA, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2011, no uso das atribuições que lhe conferem o art.22º do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 27 de abril de 2007; **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Operação à:

**EMPRESA:** Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS / UO-BS  
**CNPJ:** 33.000.167/0895-01  
**ENDEREÇO:** Av. Conselheiro Nébias, 159, Bairro Paquetá  
**CEP:** 11015-001 **CIDADE:** Santos **UF:** SP  
**TELEFONE:** (13) 3208-1315 **FAX:** (13) 3208-1307  
**PROCESSO IBAMA/MMA:** Nº 02022.002141/2011.

Autorizando as atividades de operação do FPWSO Dynamic Producer, Teste de Longa Duração – TLD de Franco (poço 2-ANP-1), Área da Cessão Onerosa, no âmbito da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 2.

Esta Licença de Operação é válida até o dia 04 de fevereiro de 2017.

A validade desta Licença de Operação está condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos, e dos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste documento.

Esta Licença de Operação é concedida sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, e deverá estar disponível no local da atividade licenciada, para efeito de fiscalização.

Brasília, DF,

**05 FEV 2015**

**VOLNEY ZANARDI JUNIOR**  
Presidente do IBAMA

## CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1284/2015

### 1 – CONDIÇÕES GERAIS:

1.1 Esta Licença de Operação deverá ser publicada conforme o disposto no Art. 10, § 1º, da Lei nº 6.938/81 e na Resolução do CONAMA nº 006/86, sendo que as cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.

1.2 Quaisquer alterações nas especificações do empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA.

1.3 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, quando ocorrer:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

1.4 A prorrogação desta licença deverá ser requerida no prazo de até 60 (sessenta) dias antes de expirada a sua vigência, conforme disposto na Portaria MMA nº 422/11.

1.5 O IBAMA e os demais órgãos ambientais deverão ser comunicados, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha a causar impacto ambiental.

### 2 – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

2.1 Informar ao IBAMA a data efetiva do início da operação da atividade objeto desta Licença de Operação em um prazo máximo de 5 (cinco) dias após o início da atividade.

2.2 A queima de gás natural no flare não deverá ultrapassar 500 mil m<sup>3</sup>/dia.

2.3 Implementar projeto para compensação da emissão de gases de efeito estufa pelo TLD conforme aprovado pela CGPEG/DILIC/IBAMA

2.4 O descarte de qualquer volume de água produzida somente poderá ser realizado mediante anuência prévia do IBAMA, que deve ser subsidiada por informações adicionais conforme indicado neste parecer técnico.

2.5 Implementar os projetos ambientais aprovados, apresentando relatórios técnicos da operação do sistema de produção, de utilização das vias de acesso aos locais de instalação e operação e de cada um dos seguintes projetos, conforme diretrizes constantes neste parecer técnico: (a) Relatório de Operação; (b) Relatório de utilização das vias de acesso aos locais de instalação e operação; (c) Projeto de Comunicação Social; (d) Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores.

2.6 Implementar, imediatamente, Projeto de Controle da Poluição e apresentar relatórios de acompanhamento de acordo com os prazos e diretrizes constantes na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/11.

## CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1284/2015

- 2.7 Implementar, imediatamente, o Plano de Emergência Individual – PEI aprovado, apresentando relatórios de acordo com as diretrizes constantes no presente parecer técnico, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a realização dos simulados nível 2, 3 e, sempre que for realizado, nível 4.
- 2.8 Encaminhar, no prazo de 30 (trinta) dias, cópias da versão consolidada do PEI do FPWSO *Dynamic Producer* – incluindo a versão mais atualizada do Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS) para a Coordenação Geral de Emergências Ambientais – CGEMA/DIPRO/IBAMA, em Brasília, e para os Núcleos de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais – NUPAEM's das Superintendências do IBAMA dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Comprovantes do encaminhamento devem ser prontamente remetidos para a Coordenação Geral de Petróleo e Gás - CGPEG/DILIC/IBAMA - proceder com a devida instrução processual.
- 2.9 Encaminhar atualização do Projeto de Desativação, no mínimo 30 dias antes do início da desativação, apresentando o Relatório das atividades de desativação 60 dias após sua conclusão.
- 2.10 As operações de intervenção nos poços deverão ser precedidas de prévia anuência do IBAMA.
- 2.11 A aplicação de dispersantes químicos, em caso de vazamentos e derrames, deverá obedecer à legislação aplicável, bem como deverão ser observados o registro do produto no IBAMA e seu respectivo prazo de validade.
- 2.12 Realizar, a cada dois anos, Auditorias Ambientais independentes, segundo os critérios da Resolução CONAMA nº 306/02, de 5 de julho de 2002.
- 2.13 Cumprir as obrigações relativas à Compensação Ambiental previstas no art. 36 da Lei 9985/00, a partir da deliberação do Comitê de Compensação Ambiental. O Grau de Impacto do empreendimento é de 0,5% e o valor da Compensação Ambiental referente às operações autorizadas por esta licença foi estipulado em R\$ 805.850,00.

